



Ata da 258ª sessão do Conselho da Ordem  
dos Advogados, seção de Pernambuco.

No primeiro dia do mês de dezembro de mil novecentos e cinquenta cinco; pelas dezesseis horas, na sala número trinta e quatro do Palácio da Justiça, nesta Cidade, reuniu-se extraordinariamente o Conselho da Ordem dos Advogados, seção de Pernambuco, sob a presidência do doutor José Cavalcanti Neves, servindo como primeiro e segundo secretários, respectivamente, os doutores João Emerenciano e Luiz Rafael Elayer, presentes ainda os Conselheiros Adauto Melo, Sérgio Riquinho, Delagis Silveira, Rodolfo Araújo, Fernando Mendonça, Jorge Bartolomeu Carneiro da Cunha, Ivan de Souza, José Laurênio Accioly, Augusto Bague, Sabino de Almeida, Otton Sialfo, Gustavo Baasthaus e Carlos Moreira. Inicialmente, foi lida e aprovada a ata referente a sessão anterior, tendo, em seguida, justificado o não comparecimento a sessão ~~referida~~ os Conselheiros Ivan de Souza, Jorge Bartolomeu e Otton Sialfo. Com a palavra, o Senhor Presidente esclareceu que a presente reunião extraordinária fora convocada para que o Conselho apreciasse o convite feito pelo Exmo. Sr. Governador do Estado à Ordem, afim de que esta se fizesse representar junto à Comissão de Estado de Sítio, instituída para assessorar em matéria jurídica aquela autoridade durante o regime excepcional. Foi procedida, então, a leitura do ofício, cujo teor é o seguinte:

"Exmo. Sr. Dr. José Cavalcanti Neves, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Pernambuco.



Confirmando o entendimento verbal que mantivemos  
 hoje, tenho a honra de solicitar ao egregio Con-  
 selho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil,  
 a indicação dum advogado afim de constituir  
 uma Comissão de Juristas com o objetivo de assessor-  
 ar o Governo do Estado nas medidas relacionadas  
 com a execução do Estado de Sítio em Pernambuco.  
 Esta Comissão, que não tem nenhuma função po-  
 lítica, nem partidária, servirá apenas como órgão  
 de consulta jurídica e orientação imediata do  
 Governo face aos problemas de interesse do Estado,  
 que venham a surgir, durante a vigência da  
 referida lei. Sirvo-me da oportunidade para a-  
 presentar a V. Excia. os protestos de estima  
 e considerações. (v) O. Cordero de Saiaes, Governador  
 do Estado." Explicou o Presidente que expusera  
 ao Governador do Estado o seu ponto de vista  
 pessoal contrario à indicação, entendendo, todavia  
 que a matéria era de competência do  
 Conselho, em termos de decidir se o assunto  
 tem pertinência com os objetivos immediatos da  
 Ordem na forma do artigo 8º do Regulamento  
 combinado com o artigo 30. do Regimento da  
 Seccão. Foi assim a questão submetida a  
 debate, merecendo ampla discussão em que  
 participaram, com biefante sustentação de pontos  
 de vista, os Conselheiros Jordão Emerenciano,  
 Sabosa de Almeida, José Laurênio Accioly, Se-  
 lágio Silveira, Carlos Moreira, Fernando Men-  
 donça, Gustavo Baarfau e Ivan de Souza.  
 Posta em votação a matéria, decidiu o plenário,  
 contra o voto dos Conselheiros Jordão Emerenciano,  
 Sabosa de Almeida, José Laurênio Accioly,



Rosendo Araújo e Fernando Mendonça, não fazer a indicação por tratar-se de matéria imediatamente não atinente aos objetivos da Ordem. Declaram o seu voto o Conselheiro Ivan de Souza, afirmando que era contrário à indicação por não ter a Comissão de Estado de Ato caráter legal; todavia, se presente à sessão anterior, se pronunciaria de acordo com o voto então emitido pelo Conselheiro Jordão Emerenciano. Em seguida, a Presidência sugeriu que, não obstante aquela decisão, se louvasse a atitude do Governador em se fazendo cercar de juristas para assessorar o governo em emergência tão grave. Essa sugestão foi aprovada pelo Conselho contra o voto do Conselheiro Delagio Silveira, de modo a se fazer constar esse pronunciamento do ofício a ser dirigido ao exmo. Sr. Governador do Estado. O Conselheiro Gustavo Baasques propôs se constituísse uma comissão permanente para salvaguarda e defesa das garantias individuais que viessem a ser violadas na vigência do estado de ato. O plenário rejeitou a proposta tendo em vista que se as eventuais violações dessas garantias atingirem o exercício da profissão, ao próprio Conselho incumbirá tomar as medidas cabíveis na defesa dos interesses da classe. Finalmente, foram aprovados os pareceres da Comissão de Indicação favoráveis à transformação em definitiva da inscrição provisória dos laqueados José Rústica Roriz, Andréa Correia Gondim e Maria José de Almeida Leite. Encerrada a sessão, lavrei a presente ata que será assinada pelos Mesaes, depois de lida e aprovada. Ressalvo



um bonas a fes. 145, na palavra "referida".

Jr. Camaleanti Wron - Presidente  
~~pro tempore~~ 1º Secretário  
 huius huius - 2º Secretário